



## **CARTA AOS DIOCESANOS DE LISBOA, NO INÍCIO DO NOVO ANO PASTORAL 2015-2016**

### **1. Em caminho sinodal**

Chegados a setembro, retomamos o curso normal da nossa vida comunitária, no novo “ano pastoral” 2015-2016. Saúdo a todos e a cada um com o afeto e o envolvimento dum companheiro de jornada, na Igreja e para o mundo – aquele mundo fraterno que o Espírito não deixa de fermentar.

Esta jornada em que prosseguimos juntamente tem entre nós o ritmo próprio do nosso caminho de Lisboa, que nos levará ao Sínodo Diocesano de finais de 2016, assinalando o tricentenário da nossa qualificação “patriarcal” (pelo Papa Clemente XII, a 7 de novembro 1716). Tal qualificação referia a expansão missionária que daqui partira. Trezentos anos depois, exigirá o reforço missionário das nossas comunidades, para “longe ou perto”, como agora se requer.

Há um ano que estamos a estudar e a ensaiar novos métodos de o fazer, pedindo a Deus que nos ilumine e seguindo as sugestões dos vários capítulos da exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, que o Papa Francisco nos dirigiu como autêntico programa eclesial (cf. EG, 25). Assim, de outubro a dezembro e de janeiro a março

estudaremos consecutivamente os dois capítulos que ainda faltam. Estou certo de que o envolvimento registado de tantos grupos por toda a diocese, bem como as respetivas conclusões e sugestões, permitirão elaborar depois um sólido “documento de trabalho”, que servirá de base aos trabalhos do Sínodo Diocesano. Assim definiremos as grandes linhas de ação do Patriarcado nos anos que se seguem. Certamente mais convictos da natureza missionária da Igreja e mais experimentados em trabalhar conjuntamente. Como se escreve no Programa – Calendário Diocesano para 2015-2016, manteremos, a todos os níveis da vida diocesana, “a missão como propósito e a sinodalidade como método”.

## **2. Três circunstâncias**

No Ano Pastoral que agora começamos - e prosseguindo até fevereiro em Ano da Vida Consagrada - seremos estimulados por “três circunstâncias”, como refere o nosso Programa – Calendário:

Primeiramente, o Sínodo dos Bispos, já em outubro, que, além doutros pontos que o Papa Francisco não deixará de clarificar conseqüentemente, reforçará decerto a importância do critério familiar dentro e além da vida eclesial. Por “critério familiar” indico a necessidade acrescida de organizar as comunidades como “famílias de famílias”, com tudo o que daqui decorre para a iniciação cristã, a convivência e a missão.

Viveremos também, a partir de 8 de dezembro próximo, o “Jubileu da Misericórdia”, com as indicações que o Papa Francisco já nos deu na bula *Misericordiae vultus*. É tempo de aprofundarmos de modo espiritual e prático este sentimento essencial de Deus a nosso respeito, para o refletirmos na relação com todos. Assim escreve o Papa: «Há momentos em que somos chamados, de maneira ainda mais intensa, a

fixar o olhar na misericórdia, para nos tornarmos nós mesmos sinal eficaz do agir do Pai. Foi por isso que proclamei um Jubileu Extraordinário da Misericórdia como tempo favorável para a Igreja, a fim de se tornar mais forte e eficaz o testemunho dos crentes» (MV, 3).

Mas nem precisaremos de esperar pelo início do Jubileu para tomarmos já como atitude de espírito e disponibilidade prática o que o Papa nos propõe. Na verdade, a dramática situação de tantos milhares de pessoas que demandam a Europa como lugar de paz e sustento para si e para os seus, arrostando com duríssimas dificuldades para chegar e permanecer no nosso Continente, exigem de todos nós a resposta mais humana e capaz. Todas as famílias, comunidades e organizações católicas colaborarão inteiramente com as instâncias nacionais e internacionais que se conjugarem nesse sentido, para uma resposta que só pode ser global, dada a complexidade dos problemas a resolver, a curto, médio e longo prazo. Tudo se garantirá com um espírito solidário, tão criativo como persistente, que nos há de impulsionar, a nós e a todos.

Teremos também, de janeiro a fevereiro, a visita da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima ao Patriarcado de Lisboa, percorrendo o conjunto do território. Próximos já do centenário das aparições (2017), receberemos da Mãe de Jesus as atitudes essenciais com que O acompanhou na terra e a missão que Lhe foi confiada de nos acompanhar também, pelos caminhos da conversão e da paz.

### **3. Com o povo que integramos**

A par do programa eclesial que cumpremos, vamos viver com os nossos concidadãos dois momentos eleitorais importantes (legislativo e presidencial). “Dando a César o que é de César”, como Jesus Cristo nos manda, cumpremos o

nosso dever cívico com a inspiração evangélica e a doutrina social que dela decorre, na legítima pluralidade das opções.

O magistério social do Papa Francisco tem sido apreciado por vários protagonistas e forças políticas, bem como instâncias nacionais e internacionais. Também por isso, valerá ter presentes algumas das suas indicações, particularmente oportunas nas atuais circunstâncias.

Tomo-as da sua recente encíclica *Laudato si'*, sobre o cuidado da casa comum. Nela, o Papa propõe uma “ecologia integral”, em que se inclua a totalidade da criação, do ambiente natural ao ser humano e às suas relações em geral. É esta mesma integralidade que devemos ter presente em cada escolha concreta, pois nada existe em particular que não se integre num conjunto a promover: económico, social, político, cultural, ambiental e espiritual – só assim realmente humano. Aliás, o descuido de tal integralidade, por qualquer desvio tecnocrático, economicista ou meramente egoísta e gastador, é a causa maior de muitos dos problemas que nos afetam agora, do local ao universal. Como escreve o Papa: «O ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto; e não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental, se não prestarmos atenção às causas que têm a ver com degradação humana e social» (LS, 48).

Sobretudo, que se rejeite qualquer egoísmo de base ou de projeto. Uma opção “cristã” é necessariamente solidária, com consequências para o que temos ou possamos vir a ter, que sendo “nosso” nunca o é exclusivamente assim. É por isso grande a responsabilidade que nos onera, no usufruto do que é relativo, porque relacional. Na verdade, o que temos em vez dos outros é o que temos também para os outros: «Deus criou o mundo para todos. Por conseguinte, toda a abordagem

ecológica deve integrar uma perspectiva social que tenha em conta os direitos fundamentais dos mais desfavorecidos» (LS, 93).

A “ecologia integral” que havemos de ter como critério, requer deste modo uma solidariedade tanto ambiental como social. E tão social como humana, na humanidade de todos e cada um, começando na sua própria origem. Por isso o Papa Francisco volta a insistir na proteção da vida desde o seu começo, com palavras inequívocas e do maior alcance pedagógico: «Uma vez que tudo está relacionado, também não é compatível a defesa da natureza com a justificação do aborto. Não parece viável um percurso educativo para acolher os seres frágeis que nos rodeiam e que, às vezes, são molestos e inoportunos, quando não se dá proteção a um embrião humano ainda que a sua chegada seja causa de incómodos e dificuldades» (LS, 120).

É um ponto muito a reter, tanto mais que, entre nós, a verdadeira questão, que é a do apoio que, enquanto sociedade, devemos certamente dar à vida em gestação, tem sido repetidamente sonegada. Mas o ser humano, se lho permitirmos e apoiarmos, nasce, cresce e realiza-se pelo trabalho, interagindo assim com a natureza e a cultura. Daí que a promoção do trabalho coincida com a promoção do ser humano, ainda mais do que a simples garantia da respetiva sobrevivência. Como esclarece o Papa Francisco: «O trabalho é uma necessidade, faz parte do sentido da vida nesta terra, é caminho de maturação, desenvolvimento humano e realização pessoal. Neste sentido, ajudar os pobres com o dinheiro deve ser sempre um remédio provisório para enfrentar emergências. O verdadeiro objetivo deveria ser sempre consentir-lhes uma vida digna através do trabalho» (LS, 128).

No entanto, tal objetivo é mais contrariado do que promovido na prática generalizada. O que leva o Papa a advertir: «A orientação da economia favoreceu

um tipo de progresso tecnológico cuja finalidade é reduzir os custos de produção com base na diminuição dos postos de trabalho, que são substituídos por máquinas. [...] Renunciar ao investimento nas pessoas para se obter maior receita imediata é um péssimo negócio para a sociedade» (ibidem).

Péssimo negócio, de facto, pois contraria o principal “lucro” de qualquer sociedade, que é a realização feliz da humanidade de cada um dos seus membros. Realização garantida pelo “bem comum”, como lembra também o Papa Francisco, citando o Vaticano II: «A ecologia humana é inseparável da noção de bem comum, princípio este que desempenha um papel central e unificador na ética social: É “o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição”» (LS, 156).

Creio que esta visão “integral” que o Papa nos proporciona, iluminará as nossas opções e escolhas, antes, durante e depois dos momentos eleitorais. Bem assim como a totalidade dos princípios permanentes da Doutrina Social da Igreja – dignidade da pessoa humana, bem comum, subsidiariedade e solidariedade -, outras tantas decorrências evangélicas para a família, a educação, o trabalho, a economia, a política ou a cultura, que deveremos ter em conta. Com isto serviremos a sociedade e seremos conseqüentemente cristãos.

Desejo a todos os diocesanos de Lisboa um ano pastoral muito feliz e fecundo!

Convosco, irmão e amigo,

+ Manuel, Cardeal-Patriarca

Lisboa, 1 de setembro de 2015